Conselheiro Ovídio Maia Filho – FECOMERCIO, noticiou sobre as críticas recebidas quanto as obras realizadas para a implementação do viaduto na Região Administrativa do Paranoá, onde as ruas não estavam possuindo recuos para que os ônibus parassem para o embarque ou desembarque de passageiros. Além disso, mencionou sobre a crítica recebida na Audiência Pública, referente ao Setor Comercial Sul, acerca das calçadas. A Senhora Francisca Maria de Almeida Vieira, liderança na região de Água Quente, agradeceu a todos os envolvidos no processo de aprovação da Região Administrativa de Água Quente, enfatizando que, doravante, os moradores daquela Região terão uma vida melhor. Encerrou suas palavras desejando a todos um feliz natal e feliz ano novo. Avançando ao item 5. Encerramento: Não havendo mais considerações a serem feitas, o Senhor Secretário de Estado, Mateus Leandro de Oliveira, agradeceu a todos os conselheiros e conselheiras presentes, desejando a todos um ótimo final de semana e um excelente feriado na sequência e declarou por encerrada a 200ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, Suplente – SEDUH; RENATO OLIVEIRA RAMOS, Suplente - CACI; VITOR PAULO ARAUJO DOS SANTOS JUNIOR, Titular - BERINS; LUIZ CARLOS BRITTO FERREIRA, Suplente - SEAGRI; MARIA SILVIA ROSSI, Suplente – SEMA; JESUINO DE JESUS PEREIRA LEMES, Titular - SDE; JANAÍNA DE OLIVEIRA CHAGAS, Suplente - SODF; LUIZ FELIPE CARDOSO DE CARVALHO, Suplente – SEMOB; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular - SECEC; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente – TERRACAP; JOÃO MOTEIRO NETO, Titular – CODHAB/DF; JEANLEY CHARLES DE LIMA JOSÉ, Titular - IPEDF CODEPLAN; JOSÉ AIRTON LIRA, Suplente – DF LEGAL; CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Titular - IBRAM; VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA, Suplente - SEGOV; BRUNO ERICKY FRANCISCO ALVIM DE OLIVEIRA, Suplente - SEPE; PERSIO MARCO ANTONIO DAVISON, Suplente – RODAS DA PAZ; GUILHERME DE VASCONCELOS DE MORAIS, Titular - FID/DF; GABRIELA DE SOUZA TENÓRIO, Titular - FAU/UnB; MARA DOS SANTOS MEURER, Titular - CREA/DF; DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVIDIANOS, Suplente - SINDUSCON; CELESTINO FRACON JUNIOR, Titular - ADEMI/DF; OVIDIO MAIA FILHO, Titular – FECOMÉRCIO; GEOVANI MULLER, Suplente - SRDF; RUTH STÉFANE COSTA LEITE, Titular – PRECOMOR; DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Titular – ÚNICA/DF; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Suplente – ÚNICA/DF; HELOÍSA MELO MOURA, Titular – FID/DF; DORIENE GONÇALVES DA SILVA, Titular - FNE; ARLEY ASSUNÇÃO BARRETO, Titular – ASSINC-DF/RM; TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS, Titular - IHG/DF; ALMIRO CARDOSO FARIAS JUNIOR, Suplente - OAB/DF JOSÉ LUIZ DINIZ JUNIOR, Titular - FIBRA/DF.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado
Presidente, em Exercício

ATA DA 201ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte dois, na Sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Ducentésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, pelo Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário Executivo de Licenciamento e Regularização Fundiária – SELIC, que neste ato substitui o Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, Senhor Ibaneis Rocha, contando com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos. 1.2. Verificação do quórum. 1.3. Informes do Presidente. 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 87ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24/11/2022. 2. Processos para Apreciação. 2.1. Processo SEI nº 00390-00002768/2022-77. Interessado: Projeto Imobiliária Consultoria e Incorporações Ltda. Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Alta Brisa, localizado no Setor Habitacional Tororó na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Relator: Hamilton Filho – TERRACAP. 2.2. Processo SEI nº 00390-00007744/2021-23. Interessado: Ana Luiza Romário. Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Residencial Milênio, localizado no Setor Habitacional Tororó, na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Relatora: Janaína Oliveira – SO. 2.3. Processo SEI nº 00390-00004352/2021-11. Interessado: Le Grand Jardim Empreendimentos Imobiliários Ltda. Assunto: Parcelamento do Solo denominado Le Grand Jardim, localizado na Região da DF 140, Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Relator: Valmir Lemos – SEGOV. 2.4. Processo SEI nº 00390-00005073/2021-66. Interessado: Urbanizadora Paranoazinho. Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Comercial Boa Vista, localizado no Setor Habitacional Boa Vista, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V. Relatora: Gabriela Tenório FAU/UnB. 2.5. Processo SEI nº 0390-000876/2010. Interessado: San Mateus Empreendimentos imobiliários Ltda. Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Condomínio Cidade Jardim, Fazenda Taboquinha, localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Relator: Jeansley Charles – IPEDF CODEPLAN. 2.6. Processo SEI nº 00390-00009819/2019-96. Interessado: Tito Gomes Passarinho Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Vila Vicentina, localizado na Região Administrativa de Planaltina – RA VI. Relator: Geovani Muller – SRDF. 3 Processos para

distribuição: 3.1 Processo: SEI nº 0139-001357/1998. Interessado: Companhia Brasileira de Distribuição. Assunto: Processo de Compensação Urbanística do uso Comercial/Comércio varejista, cujo lote, localizado no SHCSW CCSW, Quadra 06, Lotes 4 e 5 Sudoeste. 3.2. Processo SEI nº 00390-00004501/2021-33. Interessado: Mtanos Youssef El Lem. Assunto: Parcelamento de solo urbano denominado Residencial Reserva do Parque, localizado no Setor Habitacional Tororó, na Região Administrativa do Jardim Botânico RA XXVII. 3.3. Processo SEI nº 0111-000639/2010. Interessado: TERRACAP. Assunto: Parcelamento do solo urbano denominado Setor Comercial Jardim Botânico. 4. Assuntos Gerais. 5. Encerramento. Seguiu ao item 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos: O Senhor Secretário Executivo de Licenciamento e Regularização Fundiária - SELIC, Marcelo Vaz Meira da Silva, deu início a reunião cumprimentando a todos. Esclareceu que naquele dia, estava acontecendo o encerramento da transição do governo e que todos os secretários de pasta estavam presentes na ocasião, razão pela qual a baixa quantidade de representantes na reunião foi verificada. Informou que, por esse motivo, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) não estaria presente. Quanto ao subitem 1.2. Verificação do quórum: Verificou-se como regimentalmente suficiente. Prosseguindo ao subitem 1.3. Informes do Presidente: Não houve informes. Ato contínuo, passou ao subitem 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 87ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24/11/2022: O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo – Associação Civil Rodas da Paz, teve algumas considerações a respeito da Ata. Informou que na linha 73, onde consta a expressão “Câmara Temática do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)”, salientou que a Câmara Temática diz respeito ao “CUB” e não ao “PPCUB”. Na mesma linha, ressaltou que na linha 153, quanto a expressão “Câmara Técnica” e constou a seguinte correção: “Câmara Temática”, no qual justificou se tratar de diferenças conceituais importantes, uma vez que a Câmara não seria somente técnica. Quanto a linha 172, indicou que ao longo do documento não havia menção à previsão da realização da próxima Audiência Pública a respeito do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) para março de 2023 e que tal informação havia sido divulgada por meio da imprensa e dos grupos de WhatsApp. Em virtude do exposto, solicitou esclarecimentos quanto a informação, desejando, para tanto, o registro do posicionamento oficial da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) sobre o calendário. Nesse sentido, com relação ao cronograma do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva registrou que, de fato, não havia uma definição de data para a realização da próxima Audiência Pública, nem mesmo do mês, mas que havia uma perspectiva, de acordo com os trabalhos que estavam sendo realizados, a partir de uma nova consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de conclusão das atividades em janeiro de 2023, a fim de efetuar a convocação de uma nova Audiência Pública. Contudo, consignou que, em observância ao rito procedimental, de no mínimo trinta dias, convocando-se a reunião em janeiro do próximo ano, insurgiria a possibilidade de uma Audiência Pública acontecer em março de 2023, tendo em vista que o mês de fevereiro não possui trinta dias. Dessa forma, esclareceu que havia uma perspectiva, porém que não estava “cravado” que seria em março. Da mesma forma, explicou que sendo a audiência realizada no mês de março de 2023, o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) se reuniria trinta dias depois e que, por isso, na Ata constava o mês de abril de 2023. Dito isso, registrou o seguinte: “que não havia data definida ainda, mas que existia uma perspectiva de cronograma que se gostaria de alcançar”. Efetuado os esclarecimentos, o Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo, registrou o seguinte: “que o cronograma trabalharia com a possibilidade de que essa reunião acontecesse até março de 2023”. Assim, inexistindo mais considerações a serem pontuadas, a respectiva Ata foi considerada aprovada, com as ressalvas apontadas nas linhas: 73, 153 e 172, supra assinaladas. Desse modo, iniciou-se a análise do item 2. Processos para Apreciação: 2.1 Processo SEI nº 00390-00002768/2022-77 Interessado: Projeto Imobiliária Consultoria e Incorporações Ltda. Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Alta Brisa, localizado no Setor Habitacional Tororó na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Relator: Hamilton Filho – TERRACAP: iniciada a apresentação, a Senhora Ana Carolina Iemini, Arquiteta e Urbanista, cumprimentou a todos e explicou que a apresentação se destinou a abordagem sobre a regularização do parcelamento do solo do Residencial Alta Brisa, localizado no Setor Habitacional Tororó, cuja matrícula foi registrada sob o nº 11.458, no 2º Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal (DF). No que diz respeito a localização do parcelamento, narrou que o lote possuía os seguintes limites: (i) ao Norte com o condomínio Morada dos Ventos, (ii) ao Sul com uma propriedade particular pendente de parcelamento, (iii) ao Leste com a via de circulação e (iv) ao Oeste confrontado com o condomínio San Francisco. Efetuou os estudos junto as concessionárias de serviço público, no qual obteve as seguintes respostas: (i) TERRACAP: informou que o parcelamento não pertencia ao patrimônio da agência; (ii) NOVACAP: alegou a inexistência de interferências de rede pública de águas pluviais e que o projeto de drenagem previu dispositivos de vazão no ELUP; (iii) NEOENERGIA: argumentou que o projeto de iluminação elaborado pelo empreendedor estava de acordo com as normas regulamentadoras. A respeito das interferências, esclareceu sobre a existência de obstáculos na área do parcelamento, razão pela qual o remanejamento do poste de iluminação interventor era necessário; (iv) CEB: explicitou acerca da inexistência de interferências com a rede de iluminação pública; (v) CAESB: indicou a inexistência de interferências com redes de água e esgoto nas dimensões do parcelamento. Entretanto, salientou sobre a inexistência de um sistema de abastecimento de água implementado. Como solução, o empreendedor apresentou um projeto de implementação de poços tubulares profundos, cujo processo de outorga foi deferido. Sobre a rede de esgotos, o

empreendedor apresentou um projeto de implementação de fossa séptica e sumidouros; (vi) SLU: afirmou pela possibilidade de realização da coleta de resíduos comerciais e residenciais no parcelamento e (vii) DER: respondeu que o imóvel não possuía interferências com a faixa de domínio de nenhuma Rodovia do Distrito Federal (DF). Em seguida, apresentou as imagens correspondentes as soluções de infraestrutura. Relatou a respeito das condicionantes ambientais e destacou que a Associação de Empreendedores do Tororó (AETOR) obteve a Licença de Instalação da cidade satélite, por meio da LI 014/2012 e que o Termo de viabilidade ambiental foi concedido por meio do Ofício nº 1084/2022 – IBRAM/PRESI/SULAM. Caracterizou a Zona de Uso Sustentável da APA do Planalto Central e alegou que a impermeabilização correspondeu a máxima de 50% (cinquenta por cento), para fins de impedimento do processo erosivo e assoreamento de nascentes e cursos d'água, com recargas natural e artificial de aquíferos, sendo proibido o corte de espécies arbóreas nativas existentes. Acerca do Risco Ecológico, identificou um alto risco de perda de área de recarga de aquífero, razão pela qual a recomendação para esses casos seria a adoção de estratégias de recuperação de vegetais, a fim de proporcionar a infiltração de água no solo. No que tange a perda de solo por erosão, sugeriu a realização de uma cobertura vegetal e do solo superficial devendo, contudo, o revestimento vegetal atual ser removido antes da construção do empreendimento, preferencialmente executado na época de seca. Sobre o risco de contaminação do subsolo, identificou um índice elevado, razão pela qual propôs a não execução de atividades com alto potencial poluidor e a adoção de um controle rigoroso sobre a disposição de efluentes em superfícies ou em subsuperfícies. Explicou que não existia cerrado ativo na região e que todas as medidas de conservação e mitigação dos danos ambientais fora providenciado. No que diz respeito as condicionantes urbanísticas, pontuou que o parcelamento foi definido como pertencente a Zona Urbana de Uso Controlado II, pelo Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) de 2009, cuja densidade populacional era baixa, sendo permitido 112 (cento e doze) habitantes, perfazendo, assim, um total de 33 (trinta e três) unidades habitacionais permitidas. Ademais, abordou sobre a definição da área como aquela contida na DIUR/ETU 07/2018, Zona B, pertencida as regiões Sul e Sudoeste da via DF-140. A respeito da declividade e áreas públicas, pontuou que 3,5% (três vírgula cinco por cento) da área foi destinada a instalação de Equipamentos Públicos Comunitários (EPC), 3,0% (três por cento) para espaços livres e uso público e 10% (dez por cento) de áreas verdes públicas e que o terreno era plano e suavemente ondulado. Desse modo, indicou que o projeto se destinou a criação de um lote residencial multifamiliar na tipologia de casas, com área de 18.484,41m², um lote destinado a uso institucional para a instalação de equipamentos públicos e uma área destinada ao espaço livre de uso público. Sobre o endereçamento para o parcelamento, restou-se definido que seria o seguinte: “Setor Habitacional Tororó, Quadra B3, Residencial Alta Brisa, Lote 01” e, para o uso institucional, seria: “Setor Habitacional Tororó, Quadra B3, Área Especial, Lote 01”. Apresentou as imagens do sistema viário, o quadro síntese de unidades imobiliárias, o quadro resumo da permeabilidade do parcelamento e encerrou, dessa forma, a apresentação. Logo em seguida, o Conselheiro Hamilton Lourenço Filho - Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, efetuou a leitura do voto nos seguintes termos: “Ante ao exposto, voto FAVORÁVEL À APROVAÇÃO do presente projeto de urbanismo, uma vez que, conforme Parecer Técnico nº 1525/2022 - SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR, atende às diretrizes e parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 803/2009, que trata do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT/2009, atualizada pela Lei Complementar nº 854/2012; Diretrizes Urbanísticas 07/2018, aplicáveis à Região sul e sudeste, nas Diretrizes Urbanísticas Específicas para o Parcelamento, DIUPE 32/2022; no projeto de regularização de parcelamento 287/2022, MDERP 047/2008 e URB-RP 287/2022 e URB 047 - Setor Habitacional Tororó (SHTO). Destaca-se que a aprovação final do projeto urbanístico do parcelamento do solo urbano denominado Residencial Alta Brisa, com o consequente encaminhamento para aprovação por decreto do Governador do Distrito Federal, fica condicionada à emissão da outorga prévia específica, uma vez que a manifestação favorável da Adasa para o prosseguimento deste processo limita-se à deliberação da matéria pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.”. Finalizou a leitura do voto e transmitiu a palavra. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, esclareceu que, em relação da outorga da Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), os técnicos responsáveis elaboraram o Parecer de aprovação e encaminharam à Diretoria Colegiada para aprovação e que, nesse caso, e no processo seguinte, da pauta, surgiu um erro de tramitação no processo, o que culminou o não prosseguimento da demanda para votação da Diretoria Colegiada para validar o Parecer técnico emitido. Então, o relator colocou tal condicionante com o propósito de, assim que o processo fosse apreciado pela Diretoria responsável da Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), o prosseguimento fosse concluído. Em seguida, abriu para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo - Rodas da Paz, iniciou a fala tecendo observações a respeito da solicitação de acompanhamento das condicionantes dos votos e da prática da relatoria nos processos no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Sobre o caso em tela, pontuou que, pela existência de condicionante indicada pelo relator, insurgiu a preocupação em relação as informações sobre as definições dada pelo Colegiado, em especial sobre aquilo que foi votado e a decisão acerca das condicionantes. Ante a complexidade enfrentada no acesso ao processo, sugeriu que, em todas as vezes que existissem condicionantes nos votos proferidos, que tais observações fossem constadas em Ata, a fim de proporcionar segurança a todos quanto a ciência daquilo que foi considerado. Por sua vez, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva explicou que todas as considerações efetuadas durante a reunião estavam sendo consignadas em Ata, então a sugestão seria pela aprovação com a condicionante, tendo em vista que a imposição seria,

efetivamente, observada quando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) encaminhasse o processo ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal para aprovação final. Desse modo, a limitação contida no voto seria observada pela equipe técnica e pelo Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) quando o encaminhamento do processo ao Governador fosse feito. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo, solicitou a transcrição integral da condicionante contida no voto, em relação a da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), a saber: “Tendo em vista a manifestação da CAESB, e em razão da solução de abastecimento de água, por meio de poços tubulares profundos, o Parecer Técnico nº 1413/2022 - SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR (98315477) informou quanto à necessidade de apresentação da outorga correspondente, emitida pela ADASA, para apreciação da proposta pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN. Tal exigência foi reiterada pelo Parecer Técnico nº 1503/2022 - SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR (100225410). Em resposta, o Requerimento id. 100476072 encaminhou o ofício nº 370/2022 - ADASA/SRH/COUT (100476141) do qual destacamos: Informamos que a referida solicitação foi analisada pela área técnica, conforme Parecer SEI-I-GDF nº 831/2022 - ADASA/SRH/COUT aguardando somente deliberação por parte da Diretoria Colegiada da Adasa em reunião a ser realizada no dia 16/12/2022. Saliente que, no caso em questão, não há óbice quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento urbanístico, com consequente deliberação do CONPLAN, haja vista que o Parecer nº 831/2022 - ADASA/SRH/COUT concluiu que “A documentação solicitada foi atendida e sustenta a solicitação de outorga prévia de água subterrânea”. (grifo nosso). Também foi apresentado o mencionado parecer SEI-I-GDF nº 831/2022 - ADASA/SRH/COUT (100476400), cuja conclusão reproduzimos a seguir: I DA CONCLUSÃO 13. Com base nas informações deste processo e análise do mesmo, recomendo o DEFERIMENTO parcial [sic] do pedido a emissão do ato de outorga prévia, com prazo de validade de 03 (três) anos, contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Consta, ainda, o Ofício nº 370/2022 - ADASA/SRH (100476400) em que aquela a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa destaca o que segue: Tramita nesta Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal-ADASA, na Superintendência de Recursos Hídricos-SRH, o processo SEI nº 00197- 00003401/2022-76, no qual V.S.º. requer outorga prévia para reservar o direito de uso de água subterrânea, por meio de 01 (um) poço tubular, em nome de Projeta Imobiliária Consultoria e Incorporação LTDA, CNPJ: 12.760.097/0001-10, no endereço: Empreendimento Residencial Alta Brisa no Setor Habitacional Tororó, Jardim Botânico - Distrito Federal, para fins de abastecimento humano. Informamos que a referida solicitação foi analisada pela área técnica, conforme Parecer SEI-I-GDF nº 831/2022 - ADASA/SRH/COUT aguardando somente deliberação por parte da Diretoria Colegiada da Adasa em reunião a ser realizada no dia 16/12/2022. Saliente que, no caso em questão, não há óbice quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento urbanístico, com consequente deliberação do CONPLAN, haja vista que o Parecer nº 831/2022 - ADASA/SRH/COUT concluiu que “A documentação solicitada foi atendida e sustenta a solicitação de outorga prévia de água subterrânea”. (grifo nosso). Conforme manifestação da Adasa, “não há óbice quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento urbanístico, com consequente deliberação do CONPLAN, haja vista que o Parecer nº 831/2022 - ADASA/SRH/COUT concluiu que “A documentação solicitada foi atendida e sustenta a solicitação de outorga prévia de água subterrânea”. Inexistindo mais inscritos para o usufruto da fala, ingressou-se em regime de votação para a deliberação sobre o processo, em epígrafe. Encerrada a votação, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva proclamou o resultado da aprovação do processo SEI nº 00390-00002768/2022-77, que tratou sobre o Parcelamento do Solo Urbano denominado Alta Brisa, localizado no Setor Habitacional Tororó na Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII, por 22 votos favoráveis, 1 abstenção, com a ressalva do Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo, supramencionada e nenhum voto contrário, na forma do relato e voto do conselheiro relator. O Conselheiro Hamilton Lourenço Filho - TERRACAP, agradeceu a equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), a apresentação realizada pela Senhora Ana Carolina Iemini e aos conselheiros e conselheiras do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Ato contínuo, passou-se a apreciação do subitem 2.2. Processo SEI nº 00390-00007744/2021-23. Interessado: Ana Luiza Romário Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Residencial Milênio, localizado no Setor Habitacional Tororó na Região Administrativa do Jardim Botânico. RA XXVII. Relatora: Janaína Oliveira - SO: O Senhor Thiago Barbosa, Arquiteto e Urbanista, iniciou a apresentação explicando sobre o atendimento dos preceitos elencados pela DIUR 07/2018 e DIUPE 62/2021 pelo Setor Habitacional Tororó. De acordo com a certidão de ónus, o imóvel não pertencia ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), sendo a área registrada no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, sob a matrícula de nº 12.954, Livro 2. Efetuou consulta junto as concessionárias de serviço público, no qual obteve as seguintes respostas: (i) CEB: explicitou acerca da inexistência de interferências com a rede de iluminação pública; (ii) NEOENERGIA: alegou que havia viabilidade técnica para o fornecimento de energia elétrica ao empreendimento e justificou que o empreendedor iria cumprir com a concepção do projeto e suas regulamentações, licenças e estudos técnicos exigidos pela concessionária; (iii) CAESB: explicou que o abastecimento de água somente poderia ser realizado após o início das operações do Sistema Paranoá Sul. Como solução, o empreendedor indicou que efetuará a construção de poços tubulares profundos para o fornecimento de água ao empreendimento. Com relação ao esgotamento sanitário, a concessionária informou sobre a impossibilidade de

atendimento. Como solução, o empreendedor respondeu que faria a construção de fossas sépticas e sumidouros, de acordo com a manifestação elencada no TVT nº 099/2021; (iv) SLU: afirmou pela possibilidade de realização da coleta de resíduos comerciais e residenciais no parcelamento; (v) DER/DF: Por meio do Ofício nº 185/2022 – DER/DF/PRESI/GABIN/NUADM que encaminhou o Despacho – DER/DF/SUTRAN/DIRET/GEANI, justificou pela desnecessidade de elaboração do RIT, porém, seria imprescindível a apresentação de um relatório específico para análise e aprovação do parcelamento junto a concessionária; (v) NOVACAP: Por intermédio do Ofício nº 1467/2022 – NOVACAP/PERS/SECRE que encaminhou o Despacho – NOVACAP/PERS/DU, aduziu pela inexistência de interferências com rede pública implantada ou projetada para o empreendimento. Todavia, exigiu que o empreendedor elaborasse um projeto de drenagem pluvial completo e específico para o local. O empreendedor atendeu a exigência apontada e informou a respeito da utilização do sistema de amortecimento de vazão, por meio da construção de trincheiras de infiltração, a fim de facilitar a recarga artificial de aquífero, em conformidade com a Resolução nº 09 da ADASA. A respeito das diretrizes da APA do Planalto Central, explicitou que o parcelamento estava inserido na Zona de Uso Sustentável e elencou algumas diretrizes dessa identificação, tais como: a impermeabilização máxima de 50% (cinquenta por cento) da área total da gleba, a adoção de medidas de impedimento aos processos erosivos, assoreamento de nascentes e cursos d'água, o favorecimento à recarga natural e artificial de aquíferos e a proibição do corte de espécies arbóreas nativas existentes. De acordo com o zoneamento ambiental para a região, o parcelamento foi inserido na Zona de Amortecimento (ZA), Setor 5 do Parque Distrital Salto do Tororó. Quanto ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), especificamente em relação aos riscos, indicou que foi identificado um risco 3, considerado alto ou muito alto, sendo, todavia, recomendada a adoção de medidas necessárias para a adequação da ocupação, de acordo com a cada risco apontado. Nesse sentido, a sobreposição do Risco aumentava a fragilidade ambiental. A respeito do Risco de Perda Recarga dos Aquíferos, o índice foi considerado alto, o qual recomendou a adoção de estratégias de Recarga Natural e Artificial. Em observância a recomendação, pontuou que o parcelamento contaria com trincheiras de infiltração que iriam facilitar a recarga artificial de aquíferos. A respeito do risco ecológico de perda de solo por erosão, o risco foi considerado baixo. Entretanto, o risco ecológico de contaminação do subsolo foi considerado alto. Nesse último caso, ressaltou que haveria um controle rigoroso sobre a disposição de efluentes em superfícies ou subsuperfícies pelo empreendedor. No que tange ao risco ecológico de perdas de áreas remanescentes de cerrado nativo, devido ao risco alto identificado, a ocupação deveria passar pela análise e autorização do órgão licenciador ambiental, visto que a remoção da cobertura vegetal poderia desencadear um processo erosivo. Apresentou as imagens da declividade e abordou sobre a obtenção da Licença de Instalação para o Setor Habitacional Tororó (LI 014/2021), constando, para tanto, que: “A citada licença ambiental consta, no seu condicionante nº 3 que “Os parcelamentos novos, implantados e/ou em operações existentes no Setor devem solicitar a emissão de Licença de Instalação, não sendo necessário a emissão de licença prévia, haja vista o setor já ter sido objeto de licenciamento prévio”. Portanto, considerando o previsto pela Resolução CONAMA nº237/1997, atestamos que os parcelamentos de solo dentro do SHTO possuem viabilidade ambiental, que foi constatada no oportuno do licenciamento ambiental do setor habitacional:”. Com relação aos condicionantes urbanísticos, o projeto foi composto predominantemente por áreas habitacionais de baixa e média densidade demográfica, com enclaves de alta densidade, de acordo com o Anexo III, Mapa 5, da respectiva legislação, sendo sujeita as restrições impostas pela sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados ao abastecimento de água. A respeito das Diretrizes Urbanísticas da Região (DIUR 07/2018), acrescentou que o empreendimento estava localizado na Zona B, correspondente às maiores extensões de área na região, onde ocorria a baixa ou média sensibilidade ambiental ao parcelamento do solo. Demonstrou a tabela das diretrizes urbanísticas específicas (DIUPE 62/2021), com os usos permitidos e as imagens do projeto. Sobre a declividade e as áreas públicas, explicou que 3,5% (três virgula cinco por cento) da área foi destinada para a instalação de Equipamentos Públicos Comunitários (EPC), 3,0% (três por cento) para espaços livres e uso público e 10% (dez por cento) de áreas verdes. Conforme apresentado no MDE-RP 047/08, o limite de densidade admitido para a Zona 1, no qual o parcelamento estava inserido, seria o de 47,50 hab/há. Sendo assim, o projeto se destinou a criação de um lote residencial multifamiliar, com área de 17.766,17m², um lote destinado a uso institucional para a instalação de equipamentos públicos, duas áreas destinadas ao espaço livre de uso público e um lote de equipamento público urbano destinado a construção de trincheiras. Sobre o endereçamento para o parcelamento, restou-se definido o seguinte: “Setor Habitacional Tororó, Quadra B3, Via E-4, Residencial Milênio, Lote 01” e para o uso institucional seria: “Setor Habitacional Tororó, Quadra B3, Via E-4, Residencial Milênio, Área Especial 01”. Apresentou as imagens do sistema viário, o quadro síntese de unidades imobiliárias, o quadro resumo da permeabilidade do parcelamento. Estimou que 109 (cento e nove) habitantes ocupariam a área, representando, assim, uma densidade populacional de 42,423 habitantes por hectare. Por derradeiro, projetou novamente as imagens do sistema viário, das áreas públicas, dos parâmetros urbanísticos, da permeabilidade e o quadro resumo do PDEU. Finalizou a apresentação e transmitiu a palavra. A Conselheira Janaina de Oliveira Chagas - Secretária de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SO, iniciou a leitura do voto nos seguintes termos: “Ante ao exposto, voto pela aprovação do presente projeto de urbanismo, uma vez que atende às diretrizes e parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 803/2009, que trata do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT/2009, atualizada pela Lei Complementar nº 854/2012; Diretrizes Urbanísticas 07/2018, aplicáveis à Região sul e sudeste, nas Diretrizes Urbanísticas Específicas para o

Parcelamento, DIUPE 62/2022; no Memorial Descritivo MDE-RP 047/08, na Lei Complementar nº 948 - Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, alterada pela Lei Complementar 1007/2022, no Decreto nº 38.247 de junho de 2017e demais legislações urbanísticas pertinentes. Ressalva-se que a aprovação final do projeto urbanístico do parcelamento do solo urbano denominado Residencial Milênio, com o consequente encaminhamento para aprovação por decreto do Governador do Distrito Federal, fica condicionada à emissão da outorga prévia específica, uma vez que a manifestação favorável da Adasa para o prosseguimento deste processo limita-se à deliberação da matéria por esse Conselho.”. A respeito da condicionante apresentada, se faz necessária a transcrição contida no relatório a saber: “Tendo em vista a manifestação da CAESB, e em razão da solução de abastecimento de água, por meio de poços tubulares profundos, o Parecer Técnico n.º 1503/2022 - SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR (100225410) informou quanto à necessidade de apresentação da outorga correspondente, emitida pela ADASA, para apreciação da proposta pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN. Tal exigência foi reiterada pelo Parecer Técnico n.º 1468/2022 - SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR (99443258). Em resposta, o Requerimento id. 100780734 encaminhou o Ofício nº 369/2022 - ADASA/SRH/COUT (100780864), do qual destacamos: Informamos que a referida solicitação foi analisada pela área técnica, conforme Parecer SEI-I-GDF n.º 824/2022 - ADASA/SRH/COUT aguardando somente deliberação por parte da Diretoria Colegiada da Adasa em reunião a ser realizada no dia 16/12/2022. Saliento que, no caso em questão, não há óbice quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento urbanístico, com consequente deliberação do CONPLAN, haja vista que o Parecer n.º 831/2022 - ADASA/SRH/COUT concluiu que “A documentação solicitada foi atendida e sustenta a solicitação de outorga prévia de água subterrânea”. (grifo nosso). Também foi apresentado o mencionado Parecer SEI-GDF n.º 824/2022 - ADASA/SRH/COUT (100780964), cuja conclusão reproduzimos a seguir: IV. DA CONCLUSÃO 15. Com base nas informações deste processo e análise do mesmo, recomendo o DEFERIMENTO do pedido a emissão do ato de outorga prévia, com prazo de validade de 03 (três) anos, contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Assim, verifica-se que a Adasa esclarece que não há óbice quanto ao prosseguimento do processo de licenciamento urbanístico, com consequente deliberação do CONPLAN.” Logo em seguida, foi aberta a oportunidade para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Gabriela de Souza Tenório - Faculdade Arquitetura e Urbanismo - FAU/UnB, externou o seu incômodo quanto a aprovação do processo diante dos elevados riscos ambientais identificados em relação a baixa densidade. Pontuou que diante desses índices havia a necessidade de construir cerca de 100% (cem por cento) de permeabilidade nas áreas livres e que sequer uma calçada poderia ser construída. Realizou uma crítica envolvendo esses problemas enfrentados ambientalmente, com o propósito de acomodar a moradia de somente 109 (cento e nove) pessoas. Apesar das soluções indicadas no projeto e amparadas pela legislação, reforçou acerca do incômodo percebido e realizou votos de esperança para que o novo Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) consiga ajustar os problemas elencados pelos parcelamentos. A respeito do projeto urbanístico, realizou alguns comentários com relação a proximidade com a Via Tororó Leste. Alegou que diante do grande fluxo de utilização da estrada, o parcelamento ficaria “de costas” e que o lote para o uso institucional não foi pensado ao acesso pela via mais integrada. Ponderou que da mesma forma o projeto não foi refletido para a acessibilidade das pessoas aos espaços livres de uso público. Verificou que o desenho proposto retratou a perda do desenho urbano a partir da construção de muros e a presença de fundos de lote que desembocavam em uma via integrada. Em resposta as ponderações feitas, o Senhor Thiago Barbosa explicou que a via proposta foi pensada para o atendimento do desenho urbano pretendido. Contudo, assentiu concordar com as opiniões emanadas pela conselheira e observou que nas próximas demandas ficaria mais atento a essas questões. Na sequência, a Conselheira Maria Sílvia Rossi - Secretária de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA, realizou ponderações a respeito da morfologia urbana e dos padrões urbanos. Argumentou que do ponto de vista ambiental, a baixa densidade, em detrimento a grande impermeabilização, representava um grande problema, tendo em vista que seria mais interessante para o projeto concentrar e deixar livres as áreas permeáveis. Alegou que tal padrão precisava ser rebatido nas orientações que ocorriam com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e das diretrizes urbanísticas. Efetuadas tais ponderações, convidou a todos a refletirem sobre a implementação temática dessas questões, particularmente acerca dos padrões urbanos. Acreditou que o Colegiado era o espaço ideal e qualificado para a discussão sobre os padrões e morfologias urbanas, a fim de elencar eixos mais objetivos de orientação aos empreendedores e do processo. Assim, a partir de 2023, com a continuidade dos esforços, seria o espaço ideal para ser debatido acerca do eixo da DF-140 e dos empreendimentos localizados no Setor Habitacional do Tororó (DF). Compreendeu que aprovações condicionadas poderiam ser passíveis de aprovação, contudo, a necessidade de os instrumentos serem resolvidos antes da aprovação se fazia necessária, porque antes da apreciação, a outorga prévia poderia ensejar algum elemento que poderia ser discutido no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), a fim de propiciar uma votação mais segura e confortável aos conselheiros e não deixar o empreendedor esperando muito a conclusão da apreciação. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva refletiu sobre o momento de discussão do planejamento urbano, não somente dessa região, mas de todo o Distrito Federal. Especificamente do setor Tororó (DF), alegou que estava em andamento um estudo territorial urbano, antes chamado de “DIUR” e agora denominado como “ETU”, noticiando, inclusive, estar aberto o processo para o recebimento de contribuições, sendo o momento ideal para se fazer esse tipo de observação prévia. Em breve síntese, o Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo - Rodas da Paz, sugeriu a adoção de instrumentos objetivos ou procedimentais

que fossem capazes de identificar os mais diversos impactos ambientais, ecológicos, de mobilidade urbana, dentre outros, para a instrução dos processos visando o acompanhamento das demandas e orientação aos empreendedores. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva efetuou o compromisso de que a equipe técnica realizaria um estudo sobre a possibilidade de incorporar a sugestão aos processos de parcelamento do solo, e em seguida passar as orientações a quem estivesse elaborando os projetos, a fim de trazer uma visão mais ampliada sobre as questões envolvendo as demandas. O Conselheiro Pedro de Almeida Grilo - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal - CAU/DF, ratificou as falas anteriores e afirmou que concordava com a sugestão apresentada na fala anterior. Identificou que houve uma piora no desenho urbano contido no Setor Habitacional do Tororó e sugeriu que fosse dialogada com os empreendedores formas de mitigação da maneira de se projetar. Observou com relação aos terrenos lindeiros pertencentes a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), para a criação de cidades, acerca da necessidade de diálogo com o Setor Habitacional do Tororó, a fim de que a partir de exemplos surgisse um estímulo, para que no futuro, os condomínios possam se abrir um pouco mais. A Conselheira Maria Sílvia Rossi - SEMA, realizou uma fala a respeito do seu incomeo sobre a definição de percentual de área no ETU e solicitou que no primeiro semestre de 2023, fosse abordado em reunião o conceito do Sistema Distrital de Informações Ambientais (SISDIA), que tinha como objetivo promover a eficiência e celeridade ao licenciamento ambiental, bem como a efetividade no monitoramento, controle e fiscalização do território. Explicou a respeito dos parâmetros desse sistema, sobre os benefícios de implementação e acerca dos participantes que integraram as discussões dessa ferramenta. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva assentiu positivamente com a proposta e aduziu ser interesse de todos a discussão proposta. Logo em seguida, a Conselheira Solisângela Rocha dos Montes - Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal - SECEC, considerando as três últimas falas que a antecederam, chamou atenção para dois pontos: o primeiro foi sobre a atribuição do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) quanto a política urbana territorial e a segunda acerca da responsabilidade do Colegiado. Justificou que o papel do Colegiado era o de fazer com que a cidade fosse cada dia mais organizada, acolhedora e respeitosa, a fim de que fazer com que os seus cidadãos morassem cada vez melhor, observando o menor impacto possível. Ressaltou que a emergência contida nas matérias apreciadas não permitia contemplar todo o ideal pensado para o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Em sede de considerações finais, o Senhor Thiago Barbosa propôs que fosse elaborado um sistema viário mais estabelecido para o Setor Habitacional do Tororó, a fim de melhorar e beneficiar toda a região. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva expôs que esse esforço estava sendo realizado no novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e solicitou que o Arquiteto consultasse o material disponibilizado, a fim de realizar contribuições a respeito. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre o processo, em epígrafe. A Conselheira Maria Sílvia Rossi, SEMA, manifestou o seu voto favorável oralmente. Encerrada a votação, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva proclamou o resultado da aprovação do processo SEI nº 00390-00007744/2021-23, que tratou do Parcelamento do Solo Urbano denominado Residencial Milênio, localizado no Setor Habitacional Tororó na Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII, por 25 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, na forma do relato, da condicionante e voto da conselheira relatora. Realizando uma fala final, a Conselheira Janaina de Oliveira Chagas - SO, agradeceu a apresentação realizada pelo Senhor Thiago Barbosa e a equipe. Agradeceu ainda a equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e aos conselheiros e conselheiras pelas contribuições, acatando a maior parte das sugestões apresentadas. Avançando ao subitem 2.3. Processo SEI nº 00390-00004352/2021-11 Interessado: Le Grand Jardim Empreendimentos Imobiliários Ltda. Assunto: Parcelamento do Solo denominado Le Grand Jardim, localizado na Região da DF 140, Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII Relator: Valmir Lemos - SEGOV: O Senhor José Jandson Queiroz, Arquiteto e Urbanista, iniciou a apresentação do Empreendimento Le Grand Jardim, localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico, RA XXVII, apontando, inclusive que o empreendimento contava com área correspondente a 38,7857 hectares. Em consulta as concessionárias de serviço público, obteve-se as seguintes respostas: (i) TERRACAP: informou que a gleba não pertencia ao patrimônio da concessionária; (ii) NOVACAP: destacou sobre a inexistência de interferências de rede pública de águas pluviais implantadas ou projetadas na área consultada e que não existiam cadastros de projetos de pavimentação asfáltica e sistema público de drenagem pluvial no empreendimento. Aduziu não possuir capacidade de atendimento de redes de drenagem pluviais, razão pela qual o empreendedor deveria elaborar um projeto de drenagem completo, de acordo com o termo de referência enviado. Em resposta, o responsável pelo empreendimento alegou que a solução do projeto seria construir um sistema de amortização misto, em duas etapas. A primeira por meio de trincheiras de infiltração localizadas em áreas verdes na poligonal do empreendimento e a segunda em uma bacia de detenção (sistema convencional) ao final da rede, para posterior lançamento no corpo hídrico. A respeito da localização da bacia de detenção, explicou que ficaria a Nordeste do parcelamento, na gleba vizinha, para o qual foi apresentada anuência da empresa proprietária; (iii) CEB: argumentou que a localidade era atendida com iluminação pública nos padrões normativos da concessionária, e que não existiam interferências de redes na região em comento; (iv) NEOENERGIA: em consulta, a concessionária respondeu que havia a viabilidade técnica para o fornecimento de energia elétrica ao empreendimento, desde que o responsável pelo satisfizesse as seguintes condições regulatórias: implantar a infraestrutura básica das redes de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

atender as distâncias mínimas de segurança entre edificações e redes elétricas; e ainda observar espaços suficientes que permitam a implantação das redes em obediência a Lei de Acessibilidade. Nesse sentido, destacou que a companhia se responsabilizaria exclusivamente pelas obras de conexão e que por meio do Laudo Técnico nº 98/2022 foi possível identificar que não existiam interferências com as redes da concessionária. Como soluções para o projeto, aduziu que o empreendedor desenvolveu o projeto de abastecimento de energia, em conformidade com as orientações da concessionária e que o planejamento para o abastecimento de energia elétrica foi aprovado pela NEOENERGIA Brasília, conforme consta na carta de aprovação referente ao projeto nº 2022-CEB-1031, de 14 de junho de 2022; (v) CAESB: respondeu não existir interferências com o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo necessário que o empreendedor optasse por soluções independentes para a resolução das demandas. Nesse sentido, para o sistema de abastecimento de água, propôs a construção de um sistema de captação de água por poços tubulares profundos, sendo autorizada a construção pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), por meio da Outorga Prévia nº105/2022 - ADASA/SGE. No que tange ao esgotamento sanitário, sugeriu a utilização de coleta individual com fossas sépticas e sumidouro, padrão ecológico de acordo com as normas técnicas. Para tanto, cada proprietário de unidade imobiliária deveria considerar as seguintes normativas: NBR 7229 (Projeto, Construções e Operação de Sistemas de Tanque Sépticos), NBR 13969 (Tanque sépticos - Unidades de Tratamento Complementar e Disposição Final dos Efluentes Líquidos - Projeto, Construção e Operação); (vi) SLU: indicou que realizava a coleta comum dos resíduos domiciliares e comerciais nas proximidades do empreendimento e que não haveria impacto significativo, quanto a capacidade de realização dos serviços de coleta. Contudo, verificou-se ainda a possibilidade de se efetuar a reserva de área correspondente a 1.000m² para a instalação de um papa-entulho, de preferência próximo à rodovia fora da faixa de domínio do DER/DF pela concessionária. Como solução de projeto, avaliou-se que a localização não seria adequada para atender o pleito do SLU; (vii) DER/DF: A poligonal em estudo estava fora dos limites da faixa de domínio da rodovia DF-140, conforme croqui fundiário anexado pela TERRACAP e a região não se localizava próximo a rodovias distritais, razão pela qual não havia interferência da área de interesse com rodovias sob jurisdição do DER/DF; (viii) ADASA: a concessionária emitiu a Outorga Prévia nº192/2022 - ADASA/SRH/COU, em favor de Le Grand Jardim Empreendimentos Imobiliários Ltda., cuja finalidade estabelecia o lançamento de águas pluviais em um ponto de descarga no córrego Ribeirão Cachoeirinha, referente ao sistema de drenagem urbana para o atendimento ao empreendimento, localizado na Região Administrativa de Jardim Botânico, Bacia Hidrográfica Rio São Bartolomeu, Unidade Hidrográfica Ribeirão Cachoeirinha. Além disso, foi igualmente emitida a Outorga Prévia nº 105/2022 - ADASA SGE, que reservava o direito de uso de águas subterrâneas mediante a perfuração de sete poços tubulares, para fins de abastecimento humano, localizado na DF 140. A respeito das condicionantes ambientais, a Zona se encontrava no Uso Sustentável, com 50% (cinquenta por cento) de permeabilidade do solo e inserida em área com um ou dois riscos ambientais considerados alto ou muito alto. Sobre o licenciamento ambiental, foi emitida a Licença Prévia (LP SEI-GDF nº25/2022 - IBRAM/PRESI), em 10 de novembro de 2022, contando com algumas observações a serem cumpridas. A área possuía densidade considerada baixa e inserida em Zona Urbana de Expansão e Qualificação. No que diz respeito as diretrizes urbanísticas, o projeto estava inserido na DIUR-07/2018 e DIUPE-03/2022. Explicou e demonstrou as imagens do projeto a respeito do sistema viário e dos índices populacionais, a partir dos usos. Finalizou e passou a palavra. O Conselheiro Valmir Lemos de Oliveira, SEMOB, passou a leitura do relato nos seguintes termos: "Senhores Conselheiros, o processo ora submetido à análise e decisão deste Conselho de Planejamento Territorial Urbano do Distrito Federal-CONPLAN objetiva apreciar a proposta formulada pela empresa Le Grand Jardim Empreendimentos Imobiliários que versa sobre o parcelamento urbano do solo em gleba, denominado RESIDENCIAL RESERVA DO PARQUE, localizado entre a DF 140 e a BR 251, Região Administrativa do Jardim Botânico-RA XXVII. Com fundamento no Parecer Técnico n.º 1543/2022- SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR, da lavra dos arquitetos Luís Flávio Bazacas Corrêa Snel de Oliveira e Alessandra Marques, extraímos os dados considerados relevantes para conhecimento onde constam que o presente trata do parcelamento de terra em gleba registrada sob as matrículas nº 152.468, 130.611 e 130.612 do 2º Ofício do Registro de Imóveis do DF, localizadas na Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII. Iniciada a tramitação dos autos, foi solicitada manifestação do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM que no bojo do Processo SEI-GDF nº 00391-00018652/2021-41, que emitiu a respectiva Licença Prévia - LP SEI-GDF n.º 25/2022 - IBRAM/PRESI (100733129) ao empreendimento. " Ato contínuo, passou a leitura do voto fazendo menção ao Parecer nº 1543/2022- SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR, observando que mediante a fundamentação elencada e a apresentação exposta as dúvidas que, eventualmente, insurgissem estavam contempladas. Dessa forma, iniciou a leitura do voto, a saber: "Nobres Conselheiros, pelo que consta nos autos do Processo SEI Nº 000390- 00004352/2021-11, em especial no bojo da Parecer Técnico nº 543/2022- SEDUH/SELIC/SUPAR/UPAR/COPAR, que subsidiou o presente relatório, o projeto de urbanismo substanciado nas Plantas de Urbanismo - URB 679/2022; no Memorial Descritivo - MDE 679/2022 e nas Normas Edificação, de Uso e Gabarito - NGB 679/2022 e NGB 680/2022, elaborados em consonância com o Decreto nº 38.247 de 01 de junho de 2017, atende aos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 803/2009, atualizada pela Lei Complementar nº 854/2012, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT; nas Diretrizes Urbanísticas DIUR 07/2018 - Região Sul/Sudeste; nas Diretrizes Urbanísticas Específicas para o Parcelamento - DIUPE 03/2022; e demais legislações urbanísticas pertencentes,

razão pela qual opino FAVORAVELMENTE a aprovação do parcelamento urbano do solo em gleba, denominado RESIDENCIAL RESERVA DO PARQUE, na Região Administrativa do Jardim Botânico-RA XXVII, recomendando a sua aprovação por este Conselho de Planejamento Territorial e Urbano. Finalizou e transmitiu a palavra. Abriu-se a palavra para as manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Gabriela de Souza Tenório, FAU/UnB, teceu alguns comentários com relação às representações das maiores declividades, com a organização do parcelamento, julgando ter ficado “bastante didático” e destacou sobre uma preocupação maior com os lotes que estavam “de fundo” para as áreas livres. Justificou ser necessário prever uma forma de impedir invasões desses mais de vinte lotes que davam de frente as áreas livres. Quanto a via principal, pontuou a respeito dos lotes estarem localizados ao fundo da via e questionou retoricamente sobre quais iniciativas poderiam ser pensadas para incentivar os proprietários a elaborarem um tipo de divisa, para não gerar um impacto negativo as pessoas que circulavam na área. Por fim, parabenizou a apresentação e a elaboração do projeto. Em sede de considerações, o Senhor José Jandson Queiroz, no que diz respeito a via principal, justificou que estava sendo desenvolvido outra atrás, razão pela qual uma continuidade poderia ser refletida. Com relação aqueles trechos que “poderiam ser fundo de alguns condomínios”, alegou que o empreendedor era bastante cuidadoso e que os projetos paisagísticos estavam em desenvolvimento e tratados de maneira a ensejar inúmeras atividades, de acordo com o permitido, para fins de implementação de espaços de lazer e convívio da população. A Conselheira Maria Sílvia Rossi, SEMA, questionou se havia algum risco geotécnico na área pleiteada, em razão de ter vislumbrado na apresentação um estudo de sondagem do solo. Em contrapartida, a Senhora Verena Felipe Mello, Engenheira Ambiental, respondeu ter participado do estudo ambiental do licenciamento e que as pesquisas de sondagem compunham parte das peças de concepção de drenagem e dos projetos de pavimentação, justificando que houve uma antecipação na abordagem, no que tange ao lançamento de ensaios de sondagem ao longo de todo o sistema viário e nos pontos de lançamento da bacia de infiltração. A Conselheira Maria Sílvia Rossi, SEMA, prosseguiu questionando sobre as fossas sépticas. Indagou se foi feita essa avaliação da escala de esgotamento ou o convite a reflexão sobre alguma alternativa que, ao invés de construir uma profusão de fossas sépticas, concentrar o recebimento a nível de condomínio, com o propósito de gerar, a depender da escala, energia elétrica. Com relação ao esgotamento sanitário, a Senhora Verena Felipe Mello, esclareceu que as fossas sépticas eram indicadas pela concessionária responsável como soluções não definitivas até a implementação do sistema fornecido pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Pontuou que existiam normas regulamentando a construção dessas fossas sépticas e que a intenção do empreendedor seria de repassar aos futuros adquirentes a obrigação de executá-las dentro da normativa vigente. Destacou que dentro do processo de licenciamento, havia a previsão de monitoramentos principalmente dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, justamente com essa preocupação de se ter uma solução que não seria a definitiva, mas transitória. A Conselheira Maria Sílvia Rossi, SEMA, seguiu questionando se foi estudada a opção de construção de uma “mini estação”, do ponto de vista do condomínio, para a concentração desse esgoto no local de geração, antes de esperar a solução pela concessionária de serviço público. A Senhora Verena Felipe Mello, respondeu que a sugestão foi descartada em virtude dos custos associados a implantação dessas “mini estações”, porque acabavam envolvendo um prolongamento até o final do lançamento do esgoto, o que poderia extrapolar os limites da poligonal do empreendimento. A Conselheira Maria Sílvia Rossi, SEMA, realizou uma fala sobre a qualidade da água e propôs o envio de um convite à Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa) para apresentação de um balanço hídrico da água superficial, a fim de que a concessionária tomasse ciência sobre os estoques de água e, porventura antecipar quais seriam os eixos de adensamento no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva sugeriu que a Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), fosse convocada para uma reunião prévia, com o propósito de efetuar uma explicação do que seria apresentado pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) e o problema que se pretendia solucionar. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre o processo, em epígrafe. O Conselheiro João Monteiro Neto, CODHAB, manifestou o seu voto favorável oralmente. O Conselheiro Valmir Lemos de Oliveira, SEGOV, registrou o seu voto favorável oralmente. A Conselheira Ruth Stefane Costa Leite, PRECOMOR/DF, deixou consignado o seu voto favorável por ausência. O Conselheiro Arley Assunção Barreto, ASSINC/DF RM, deixou consignado o seu voto favorável por ausência. O Conselheiro Guilherme de Vasconcelos de Moraes, FID/DF, deixou consignado o seu voto favorável por ausência. Encerrada a votação, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva proclamou o resultado da aprovação do processo SEI nº 00390-00004352/2021-11, que tratou do Parcelamento do Solo denominado Le Grand Jardin, localizado na Região da DF 140, Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII, por 24 votos favoráveis, 1 abstenção e nenhum contrário, na forma do relato e voto do conselheiro relator. Efetuando uma última fala, o Conselheiro Valmir Lemos de Oliveira, SEGOV, agradeceu a oportunidade e na condição de relator, registrou que, apesar de ter se debruçado em vários outros processos, o caso em tela chamou atenção pela quantidade de informações disponíveis e pela preocupação em relação ao meio ambiente e, principalmente pelos acessos as vias. Logo em seguida, avançou-se ao subitem 2.4. Processo SEI nº 00390-00005073/2021-66. Interessado: Urbanizadora Paranoazinho. Assunto: Parcelamento do Solo Urbano denominado Comercial Boa Vista, localizado no Setor Habitacional Boa Vista, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V. Relatora: Gabriela Tenório FAU/UnB; A Senhora Lahys Miranda, Arquiteta e Urbanista, iniciou a apresentação do Parcelamento do Centro Comercial Boa Vista, localizado em Sobradinho (DF). Realizou um breve histórico do local, o qual abordou que o empreendimento estava inserido dentro da Fazenda Paranoazinho, cuja área possuía aproximadamente 1.600 hectares, estando vizinha à cidade de Sobradinho (DF), originalmente matriculada sob nº 545 do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Salientou que por meio da assinatura do Termo de Compromisso, que formalizou a exclusão da área correspondente à 2,00 hectares, de propriedade da empresa Agroper Agropecuária LTDA (Matrícula n. 26.424), do projeto de loteamento urbano denominado “Centro Comercial Boa Vista”, a interessada assumiu a obrigação de cumprir, na área do parcelamento, o oferecimento de 15% (quinze por cento) da área para implantação de equipamentos urbanos, comunitários e espaços livres de uso público, tanto para o presente projeto urbanístico, quanto da Agroper Agropecuária LTDA. Além disso, foi incluído no Termo que as soluções de infraestrutura e

execução das obras, deveriam atender o lote a ser criado da área de 2ha de propriedade da Agroper Agropecuária LTDA. Noticiou que em consulta às concessionárias de serviço público, havia todas as viabilidades técnicas para o fornecimento dos serviços, além daquelas que já estavam sendo fornecidas. Com relação às unidades de conservação (UC), a área do empreendimento estava inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do São Bartolomeu, criada pelo Decreto Federal nº 88.940/1983. Conforme o plano de manejo e zoneamento da APA aprovado pela Lei nº 5.344/2014, o empreendimento foi inserido na Zona de Ocupação Especial de Interesse Ambiental (ZOEIA). Ademais, o parcelamento estava localizado na Subzona de Diversificação Produtiva e de Serviços Ecosistêmicos 3 (SZSE) – SZSE-3, conforme figura exposta na apresentação, bem como demonstrou a planilha contendo a classificação dos riscos ecológicos. Em 2012, com a revisão do Código Florestal e aprovada a Lei nº 12.651/2012 e, com a emissão do Relatório do Mapeamento de Áreas Degradadas e Fitofisionomias do Distrito Federal (MAPEAR) (IBRAM, 2012), o empreendedor realizou um novo levantamento, mais preciso, protocolado na forma do Mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APP), Fazenda Paranoazinho (Geo Lógica, 2013), aprovado por meio da Informação Técnica nº 012/2014 - GEUSO/COLAM/SULFI. A gleba encontrava-se em área de baixa declividade, com variação média entre 0% (zero por cento) e 10% (dez por cento). Informou que no âmbito do Processo Eletrônico SEI-GDF nº 00391-00015561/2017-77, foi emitida a Licença Prévia (LP SEI-GDF) nº 5/2021 - IBRAM/PRESI, com validade de 5 (cinco) anos, renovando o licenciamento da regularização e urbanização da Fazenda Paranoazinho. De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT – 2009/2012), o empreendimento foi inserido na Zona Urbana de Uso Controlado (ZUUC), com média densidade, em Subzona Industrial 3 (SZI3). Conforme a Diretrizes Urbanísticas (DIUR 08/2018), o parcelamento estava inserido parcialmente nas Zonas B, D e na Zona Parque, em Áreas de Preservação Permanente (APP) e outros espaços. Demonstrou a imagem referente a tabela de parâmetros de ocupação e uso do solo e a fotografia do sistema viário. Explicou que o Sistema viário proposto pela DIUR, estabelecia quatro tipologias viárias, de acordo com a função urbana empregada por cada uma das vias, sendo estas: Via de Circulação Expressa, Via de Circulação, Via de Atividade e Via Parque. No que diz respeito ao empreendimento, a área margeia a Via de Circulação Expressa e se sobrepõe a Via de Circulação. Pontuou que o Plano de Urbanização - Urbítá (PDU), aprovado por meio do Decreto nº 40.150, em 3 de outubro de 2019, tinha como objetivo apresentar um planejamento urbano para as áreas livres da antiga Fazenda Paranoazinho, respeitando não somente as diretrizes urbanas das DIUR 08/2018, como também as caracterizações locais do tecido urbano da região, uma vez que parte desse tecido urbano tangenciava áreas já construídas. A poligonal que engloba o PDU estava dividida em quatro Regiões: Mangueiras, Central, Capão Grande e Remanescente, para os quais são definidas em Zonas de Uso e Ocupação e Sistema Viário Estruturante complementares ao proposto pelas DIUR 08/2018. Todavia, o empreendimento estava localizado na Região Capão Grande. Com relação à densidade, o PDU propôs uma redistribuição da população máxima permitida, contudo, estava sendo respeitada a média de 150hab/ha, estabelecida pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/2009). No que diz respeito ao projeto urbanístico, narrou que o parcelamento era composto por 16 (dezesseis) lotes com os seguintes usos: nove lotes, (CSII 2) totalizando 12.909,57 m², três lotes, (CSII 3) totalizando 49.198,80m², três lotes, (CSIIR 3), totalizando 38.137,46m² e um lote, (INST EP) com área de 6.907,94m². O empreendimento apresentou um total de 71.322,88m² (33,95%) de áreas públicas, atendendo aos 15% (quinze por cento) de área pública definidos pelas DIUR 08/2018 e no Termo de Compromisso firmado pela Urbanizadora Paranoazinho (UP), o qual contava com a previsão de 130.514,82m² de área permeável, que correspondia a 52,84% (cinquenta e dois virgula oitenta e quatro por cento) da área da poligonal. Projetou as imagens do projeto de endereçamento e o quadro de parâmetros em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Finalizou e passou a palavra. Na sequência, a Conselheira Gabriela de Souza Tenório, FAU/UnB, iniciou o relato efetuando algumas considerações que julgou serem merecidas de atenção. A respeito da passarela sobre a BR, aduziu que o local contava com uma parada de ônibus na marginal, combinada a uma passarela que não aparecia na imagem área disponibilizada pelo Departamento de Estradas e Rodovias (DER/DF) utilizada para definir as faixas de domínio e nem tampouco foi mencionada na documentação e nem nos desenhos do novo parcelamento. Considerou que a proposta buscou favorecer o deslocamento a pé e que, seguramente, oferecia atividades interessantes aos moradores fronteiriços de forma mais acessível. Sugeriu que o parcelamento previsse, no detalhamento do seu sistema viário, uma área adequada e conveniente para a espera e distribuição de pessoas que se locomoviam a pé ou de bicicleta, a partir da passarela e da parada de ônibus, que se tornou porta de entrada para o Setor Comercial Boa Vista. Com relação aos estacionamentos, chamou a atenção a ausência de previsão de vagas nos perfis viários apresentados e que nem a palavra “estacionamento” constava no MDE. Embora a relatora tenha se intitulado como defensora de menos espaços para automóveis, indicou sobre a necessidade de implementação de estacionamentos, uma vez que a área estava localizada as margens de uma BR. Recomendou que a informação obtida a respeito da faixa de serviço a ser utilizada como zona flexível fizesse constar no MDE, bem como a previsão de estacionamentos, a partir da necessidade. Sugeriu a redução da largura das faixas da Rua Atenas para prever estacionamentos em baliza pelo menos ao longo do lado do parcelamento, onde estavam revistos os lotes comerciais. No que tange as calçadas, recomendou que a largura fosse prevista para proporcionar a construção de mais ciclovias e a implementação de pequenos alargamentos, com mobiliário à sombra para servirem de descanso e bem-estar para a população. A respeito das áreas de permanência, recomendou continuar a Rua Jerusalém por trás do lote institucional em que a mencionada rua se encontrava com a Rua Kiev, a fim de tornar a quadra mais longa, para eliminar duas fachadas cegas para o espaço público. Sobre os lotes com muitas frentes e com fachadas inativas, sugeriu que o empreendedor elaborasse um manual de estratégias de interface que buscassem minimizar os impactos desse tipo de lote, com o propósito de orientar aos futuros proprietários a linha do que seria um edifício considerado como “gentil”. Por último, abordou sobre a Rua Comercial, o qual justificou que somente as ruas Atenas, Buenos Aires e Delft possuíam potencial para se tornarem ruas comerciais a serem

percorridas a pé. Indagou se não seria possível ao menos inverter a faixa de lotes menores das ruas Atenas para a Buenos Aires, a fim de criar frentes dos dois lados da rua. Finalizado o relatório, iniciou a leitura do voto nos seguintes termos: "Considerando o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Urbanismo do 248 parcelamento "Centro Comercial Boa Vista", consubstanciado na URB 037/2022, MDE 249 037/2022 e NGB 037/2022, condicionada que no MDE e nos perfis viários esteja explícita a menção da utilização das faixas de serviço para estacionamento, indicando, de forma geral, as condições para que isso ocorra e esperando que as recomendações e reflexões feitas no parecer, com o intuito de contribuir para um projeto ainda mais voltado para as pessoas, possam ser úteis e consideradas pela equipe da Urbanizadora Paranoazinho.". Finalizou e passou a palavra. Logo em seguida, foram abertas as inscrições para manifestações e considerações a respeito. O Senhor Luiz Antônio Reis, Arquiteto e Urbanista, esclareceu que o empreendimento não se destinava ao uso residencial e que o condomínio previsto na poligonal era uma consequência residual. Identificou que a inversão proposta pela relatora seria impossível de atender, haja vista que o terreno estava sendo resguardado para a construção de outro empreendimento pelo proprietário destinado a instalação de um Power Center. Após os esclarecimentos, a Conselheira Maria Silvia Rossi, SEMA, parabenizou pelo esforço na construção do projeto e por estar "redondinho" para aprovação. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre o processo, em epígrafe. O Conselheiro João Monteiro Neto, CODHAB, manifestou o seu voto favorável oralmente. A Conselheira Ruth Stefane Costa Leite, PRECOMOR/DF, deixou consignado o seu voto favorável por ausência. O Conselheiro Arley Assunção Barreto, ASSINC/DF RM, deixou consignado o seu voto favorável por ausência. O Conselheiro Guilherme de Vasconcelos de Moraes, FID/DF, deixou consignado o seu voto favorável por ausência. Encerrada a votação, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva proclamou o resultado da aprovação do processo SEI nº 00390-00005073/2021-66, que tratou do Parcelamento do Solo Urbano denominado Comercial Boa Vista, localizado no Setor Habitacional Boa Vista, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, por 24 votos favoráveis, 1 abstenção e nenhum contrário, na forma do relato e voto da conselheira relatora. Ante ao avanço do horário e em observância aos processos constantes nos itens 2.5 e 2.6 da pauta, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva consultou aos conselheiros e conselheiras se gostariam de avançar na apreciação ou se preferiam elencá-los para análise na próxima reunião, principalmente aos relatores dos processos. Não havendo manifestações em contrário, os processos pendentes de avaliação ficaram sobrestados até a próxima reunião do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Avançando ao item 3. Processos para distribuição: 3.1. Processo: SEI nº 0139-001357/1998 Interessado: Companhia Brasileira de Distribuição Assunto: Processo de Compensação Urbanística do uso Comercial/Comércio varejista, cujo lote, localizado no SHCSW CCSW, Quadra 06, Lotes 4 e 5 Sudoeste: não obteve solicitação de relatoria, ficando, assim, a ser definido ao longo da semana. Quanto ao subitem 3.2. Processo SEI nº 00390-00004501/2021-33 Interessado: Mtanos Youssef El Lem. Assunto: Parcelamento de solo urbano denominado Residencial Reserva do Parque, localizado no Setor Habitacional Tororó, Região Administrativa do Jardim Botânico RA XXVII: o processo ficou sob a relatoria do Conselheiro Hamilton Lourenço Filho, TERRACAP. A respeito do subitem 3.3. Processo SEI nº 0111-000639/2010 Interessado: TERRACAP Assunto: Parcelamento do solo urbano denominado Setor Comercial Jardim Botânico: o processo ficou sob a relatoria da Conselheira Janaína de Oliveira Chagas, SO. Nesse sentido, avançando ao item 4. Assuntos Gerais: Não houve assuntos a tratar. Prosseguindo ao item 5. Encerramento: Não havendo mais considerações a serem feitas, o Senhor Secretário Executivo de Licenciamento e Regularização Fundiária - SELIC, Marcelo Vaz Meira da Silva, declarou encerrada a 201ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, às 12h15minutos, desejando a todos bom almoço e boa tarde.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário-Executivo

Presidente substituído em exercício

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

INSTRUÇÃO Nº 133, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, Substituída, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 2º, inciso XI, da IN nº 04, de 03 de maio de 2021, resolve: TORNAR SEM EFEITO a Instrução nº 123, publicada no DODF nº 223, de 02 de dezembro de 2022.

DAYANNE VERÍSSIMO ABRANTES

SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESPECIAIS

CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADAS – CGP

ATA DE REUNIÃO

Aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 2022, às 11h15, na Sala de Reuniões do Gabinete do Vice-Governador, P-32, Brasília/DF, reuniu-se o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP, com a presença dos membros efetivos: Secretário de Estado de Projetos

Especiais do Distrito Federal, e Presidente Supletivo do Conselho, Senhor Roberto Vanderlei de Andrade, Procuradora-Geral do Distrito Federal, Senhora Ludmila Lavocat Galvão; Senhor Cristiano Lopes da Cunha, Secretário Executivo Institucional, representando a Casa Civil do Distrito Federal, Senhor Jesuino De Jesus Pereira Lemes, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, e dos membros eventuais: Excelentíssimo Senhor Vice-Governador, Marcus Vinícius Brito de Albuquerque Dias, Senhor Izídio Santos Júnior, Presidente da Companhia Imobiliária de Brasília, Senhora Sueli Rodrigues de Sousa, Chefe da Assessoria Especial, da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, representando a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: Senhor Jansen Rodrigues, Secretário-adjunto de Gestão em Saúde, Senhor Victor Ribeiro da Costa, Subsecretário da Administração em Geral, Senhora Samara Furtado Carneiro, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos e Senhora Daniele Castro Barbosa, Enfermeira de Família e Comunidade, Senhor Márcio Faria Júnior, Chefe de Gabinete do Conselho de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Gabinete do Governador do Distrito Federal, Senhora Jackiele Domingues de Aguiar Secretária Executiva de Políticas do Esporte, da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer do Distrito Federal, representando a Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal: Senhor Jorge Azevedo Filho, Secretário Executivo, Senhora Danielle Rodrigues, Secretária Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, Senhora Samira Porto, Subsecretária de Prospecção de Projetos, e Senhor Javier Ferrari, Subsecretário de Estruturação e Gestão de Projetos. O Excelentíssimo Senhor Vice-Governador fez a abertura da reunião, com a leitura e deliberação dos seguintes itens da pauta proposta: 1) Encerramento do Edital do PMI nº 001/2020 – SEPE, que visa a instalação de Postes Multiuso em espaços públicos para melhoria do sinal de telecomunicação e implantação de câmeras de monitoramento em razão da alteração na modalidade de licitação. Após explanação acerca do projeto foi deliberado pelo encerramento do Edital de PMI; 2) Encerramento do Edital do PMI nº 001/2021 – SEPE, que visa a concessão dos serviços de implantação e operação de Loterias e Jogos estaduais no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista a publicação da Lei nº 7.155/2022, que concerne à competência para o exercício das atividades operacionais, delegando as mesmas exclusivamente ao Banco de Brasília - BRB. Após discutida a questão, o Conselho, por unanimidade, deliberou pelo encerramento do projeto objeto do PMI; 3) Encerramento do Edital do PMI nº 005/2021 – SEPE, que visa a implantação e exploração do Polo Logístico do Distrito Federal. Levando em consideração que os estudos apresentados pela SEPE se sobrepõe ao projeto urbanístico URB/MDE 112/10, sob responsabilidade da Terracap e aprovado pelo Decreto nº 42.759, de 02 de dezembro de 2021, os membros opinaram a favor do encerramento do Edital de PMI em desenvolvimento na SEPE; 4) Manifestação acerca da autorização para abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, visando a concessão do Estádio Chapadinha em Brazlândia. Após discussão, o Conselho deliberou pela autorização da abertura de Chamamento Público pela SEPE; 5) Manifestação acerca da autorização para abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI visando a concessão do Centro Esportivo que engloba o Estádio Serejão, Ginásio Serejinho e suas áreas adjacentes. Diante dos questionamentos dos presentes acerca do que compreende as áreas adjacentes citadas no item, o Senhor Roberto Vanderlei de Andrade sugeriu a retirada do projeto da pauta para um estudo mais avançado em relação ao tema. A proposta foi acatada pelos membros presentes; 6) Manifestação acerca da autorização para abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, referente à Geração Distribuída e Eficientização Energética no Distrito Federal – Energia Fotovoltaica. Após apresentação do projeto, foi mencionado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Distrito Federal que encontra-se em desenvolvimento pela Companhia Energética de Brasília – CEB um projeto nos mesmos moldes objeto da proposta apresentada pela iniciativa privada à SEPE. Diante do exposto, foi deliberado pela não continuidade da proposta apresentada nesse item da pauta; 7) Encerramento do Edital de Chamamento Público – PMI nº 001/2022 – SEPE que visa a concessão para revitalização e gestão da Praia Norte, localizada no Setor de Mansões do Lago Norte, Brasília-DF. O Senhor Roberto Vanderlei de Andrade explicou que o encerramento se justifica pelo fato de não obter resposta do mercado em sua fase de habilitação. Diante desse relato, o Conselho por unanimidade deliberou pelo encerramento do PMI; 8) Encerramento do Edital de Chamamento Público – PMI nº 008/2021 – SEPE que visa a concessão dos serviços de hotelaria e higienização do enxoval hospitalar da rede pública de saúde do Distrito Federal – Lavanderias. A exemplo do item anterior, o Senhor Roberto Vanderlei de Andrade explicou que o encerramento se justifica pelo fato de não obter resposta do mercado em sua fase de estudo. Pedindo a palavra, o Senhor Jansen Rodrigues, destacou a importância da continuidade do projeto para a Rede Pública de Saúde do Distrito Federal. Assim, o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador sugeriu pela continuidade do processo propondo que todos os envolvidos analisassem o Edital já publicado tornando-o mais atrativo para o mercado. Todos concordaram e os membros do Conselho deliberaram pela continuidade do PMI; 9) Manifestação acerca da continuidade do Edital de Chamamento Público - PMI nº 006/2021 - SEPE, que visa a construção, manutenção e operação de Hospital, inicialmente previsto para a Região Centro-Sul de Saúde (sediado no Guará) e posteriormente ajustado para a Região Administrativa de São Sebastião. O Senhor Roberto Vanderlei de Andrade fez um breve relato sobre o projeto de PMI em andamento na SEPE e solicitou a manifestação do Conselho, tendo em vista o andamento de um projeto, desenvolvido por outros órgãos do Governo, para construção de três hospitais nas regiões administrativas do Guará, São Sebastião e Recanto das Emas. Diante disso, a Senhora Sueli Rodrigues de Sousa e o Senhor Jansen Rodrigues confirmaram a informação referente a construção, reforçando que os trabalhos já foram iniciados. Assim foi deliberado pelo encerramento do Edital, no âmbito do PMI. Nada mais havendo a ser deliberado, o Excelentíssimo Senhor Vice-Governador, às 11h39, encerrou a reunião, mandando lavar a presente ata, referendada pelo Secretário de Estado de Projetos Especiais, Brasília/DF, 15 de dezembro de 2022. ROBERTO VANDERLEI DE ANDRADE, Secretário de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal; LUDMILA LAVOCAT GALVÃO, Procuradora-Geral do Distrito Federal; JESUINO DE JESUS PEREIRA LEMES, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; CRISTIANO LOPES DA CUNHA, Secretário Executivo Institucional da Casa Civil.